

**Gestão 2024-2026**

Procurador-Geral de Justiça  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Luiz Gustavo Camacho Terçariol**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2624/2024-PGJ, DE 27.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda 4 (quatro) dias de folga compensatória de 23 a 26.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2672/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a Função de Confiança FC2, símbolo MPFC-302, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, prevista no Anexo III da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, a partir de 3.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2573/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior 5 (cinco) dias de folga compensatória de 8 a 12.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2673/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Farley Leles Froes Medeiros, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a Função de Confiança FC2, símbolo MPFC-302, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, prevista no Anexo III da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, a partir de 3.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2674/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Jean Claud Borges Maciel Pinheiro, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a Função de Confiança FC2, símbolo MPFC-302, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, prevista no Anexo III da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, a partir de 3.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 2702/2024-PGJ, DE 3.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Samuel Felipe de Azevedo Nass Flores, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bandeirantes, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 17 a 21.6.2024 e em 24.6.2024, em razão de afastamento do servidor Denis Clebson da Cruz, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2705/2024-PGJ, DE 3.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Estefani Almeida de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bandeirantes, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, em 3.5.2024, em razão de afastamento do servidor Willian Natan Vanderlei Passarini, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-601/2024/PGJ, DE 28.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 21/05/2024, as férias do(a) servidor(a) Lucas Moraes Coelho, concedidas por meio da Portaria nº e-318/2024-PGJ, de 15.3.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 2.10 a 10.10.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-607/2024/PGJ, DE 28.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1170/2023-PGJ, de 17.10.2023, que concedeu férias à servidora Isabela Castro Almeida, de forma que, onde consta: "de 11 a 20.9.2024", passe a constar: "de 16 a 25.9.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-609/2024/PGJ, DE 29.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-42/2024-PGJ, de 17.1.2024, que concedeu férias à servidora Puelli Mandotti Monteiro de Oliveira, de forma que, onde consta: "de 28.8 a 6.9.2024", passe a constar: "de 21 a 30.7.2025", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-610/2024/PGJ, DE 3.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Jaqueline Obregao da Rosa Ramos, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, a serem usufruídas de 17 a 26.2.2025, de 14 a 23.7.2025 e de 10 a 19.12.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-611/2024/PGJ, DE 3.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Jaqueline Obregao da Rosa Ramos, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 28.8 a 6.9.2024 e de 9 a 18.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 5 a 14.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COMISSÃO ELEITORAL****AVISO N° 01/2024/CE-CGMP**

A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, BIÊNIO DE 2024/2026, no uso das atribuições previstas no artigo 6º da Resolução nº 5/2022-CPJ, de 23 de maio de 2022, do Colégio de Procuradores de Justiça, **torna público o nome do Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes, único candidato inscrito e habilitado para concorrer ao cargo de Corregedor-Geral do MP, biênio 2024/2026.**

Campo Grande, 3 de junho de 2024.

OLAVO MONTEIRO MASCARENHAS

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão Eleitoral

EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA

Procurador de Justiça

Membro da Comissão Eleitoral

JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO

Procurador de Justiça

Membro da Comissão Eleitoral

MARIGÔ REGINA BITTAR BEZERRA

Procuradora de Justiça

Membro da Comissão Eleitoral



GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 064/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que os candidatos aprovados no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocados por meio do Aviso nº 058/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.125, de 15.05.2024, manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATO	MUNICÍPIO	NÍVEL
ALYNE SANTOS DA SILVA	Campo Grande	Graduação
LUANA OLIVEIRA MONTEIRO JAIR	Campo Grande	Graduação
MARYANE REZENDE SOUZA	Campo Grande	Graduação

Campo Grande, 03 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 065/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado do candidato aprovado no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS abaixo relacionado, uma vez que o candidato não apresentou a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 058/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.125, de 15.05.2024.

CANDIDATO	MUNICÍPIO	NÍVEL
DANIEL AUGUSTO NEPOMUCENO FILHO	Campo Grande	Graduação

Campo Grande, 03 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



AVISO Nº 66/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública a manifestação da candidata aprovada no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocada por meio do Aviso nº 059/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.125 de 15.05.2024 que optou pela **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de residente, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionada em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATA	CIDADE	NÍVEL
EVA PATRÍCIA BRAGA FERNANDES	Dourados	Residente Jurídico

Campo Grande, 03 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 067/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que as candidatas aprovadas no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocadas por meio do Aviso nº 059/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.125, de 15.05.2024, manifestaram a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de residente, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATAS	COMARCA	NÍVEL
ISABEL DUTRA DIAS	Campo Grande	Residente Jurídico
GABRIELLY MARQUES OSTAPENCO	Itaporã	Residente Jurídico

Campo Grande, 03 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



AVISO Nº 068/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossada da candidata aprovada no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS abaixo relacionada, uma vez que a candidata não apresentou a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 059/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.125, de 15.05.2024.

CANDIDATA	MUNICÍPIO	NÍVEL
PAULA CAMARGO DE LIMA	Maracaju	Residente jurídico

Campo Grande, 03 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 069/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e Admissão”, item 4, o candidato regularmente convocado que **manifestar o interesse** no estágio deverá apresentar os documentos constantes no edital supracitado e no item 2 deste aviso **(RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO)**, **até o dia 11 de junho de 2024**, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). **O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO)**.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO
- 1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
NATÁLIA CRISTALDO FOGAÇA	156	
FHERNANDA MONTEIRO BISSOLI GERALDO	157	
JÚLIA APARECIDA SIMCH	158	
MARIANA SANCHEZ VALERIO	159	
FELIPE LEMOS JOÃO	160	
ANGELICA COLMAN RODRIGUES	161	
MAYARA PEREIRA DIAS	162	
PEDRO GABRIEL STREPPPEL JABBAR	163	
EDUARDO PESSOA RAPOSO	164	
JULIA NASCIMENTO DE SOUZA	165	





## 1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
NICOLAS DAMASCENO DO NASCIMENTO SILVA	16	

## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
Autodeclaração de raça ou cor
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso. HISTÓRICO ACADÊMICO

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 9 8478-1012(APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 03 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

### AVISO Nº 070/2024-GED

#### I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os(as) residentes jurídicos** aprovado no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2023-CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

O(a)s candidato(a)s convocado(a)s deverão enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e da Admissão”, item 4, o(a)s candidato(a)s regularmente convocado(a)s **que manifestarem o interesse** na residência deverão apresentar a documentação constante no edital supracitado, e no item 2 deste aviso **(RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO)**, até o dia 11 de junho de 2024, através de e-mail a ser



encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (RESIDÊNCIA).

# 1.CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – RESIDÊNCIA JURÍDICA

## 1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
FLÁVIA FERREIRA FERNANDES FONTOURA	47	
THUANY LAIS TREMEA DE SOUZA	48	
DANIELLE DA SILVA PEREIRA	280	24*
ANA JÚLIA GONÇALVES OLIVEIRA	49	
BEATRIZ MARIA GONÇALVES PEGO	50	
CRISTHYAN RIBEIRO ALVES	282	25*
SABRINA MORAIS	51	
LOIANY LIMA DOS SANTOS	52	

\*reserva de cotas - Candidatos negros

## 1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
JOÃO VITOR CARDOSO MACENA	11	

## 1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ITAPORÃ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
INGRID CARVALHO PEITL	4*	

\*final de fila

## 1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE JARDIM

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
THAYNÁ MENDIETA SCHERER	1	

## 1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
VANESSA FERRAZ DOS ANJOS CARDOSO	4	
CAMILA MAIARA FREITAS ESPINDOLA	5	
LUCIANA MARIANO ZANDONA	6	
LUANA RAMIRES CHAVES DE JESUS	7	

## 1.6 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
EVELYN DA COSTA SOUZA	7	1*

\*reserva de cotas - Candidata negra



## 1.7 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SÃO GABRIEL DO OESTE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
PATRICK CAMPOS TORRES DE OLIVEIRA	4	

## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. O candidato aprovado para o programa de residência e convocado mediante aviso no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) deverá fornecer à GED, no caso de residente jurídico, os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução n.º 53/2022-PGJ (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários/Residentes);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”;
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”;
Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, caput, da Resolução CNMP nº 246.
Autodeclaração de raça ou cor
<b>Tendo mais de 5 anos de formado, apresentar declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, em que constem as seguintes informações: a) datas de início e término do curso; b) carga horária total; c) CNPJ da instituição de ensino; d) Endereço da instituição de ensino; e) Número do Registro Acadêmico – R.A. do aluno (não será aceito documento que não contenha todas as informações);</b>

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA RESIDÊNCIA E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 03 de junho de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PA: 09.2024.00005306-6****PORTARIA N° 01/2024/PJE**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE n°. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC n° 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE n° 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que, em virtude do declínio da Ação Penal 0600029-37.2020.6.12.0008, que tramita na 8ª Zona Eleitoral, foi encaminhada cópia integral do PA 1.25.000.003129/2019-63, o qual foi declinado a esta Promotoria de Justiça,

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para Acompanhamento de Cooperação Jurídica Internacional para as autoridades de Liechtenstein, referente à quebra de sigilo bancário e bloqueio de ativos de contas mantidas em nome da offshore BARRIO ADVISORS FTLJ 241.1/2021.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Oficie-se ao 2º Ofício da Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu - Procuradoria da República no Estado do Paraná, informando acerca do recebimento das cópias do Procedimento Administrativo n.º 1.25.000.003129/2019-63, bem como que o mesmo passou a tramitar nesta Promotoria de Justiça com a seguinte numeração: 09.2024.00005306-6;
3. Em atenção ao Ofício n° 1170/2024/ASEINT/SCI/PGR e ao Ofício n° 14/2024/CRA/CGCP/DRCI/SENAJUS-MJ, determino seja encaminhado o ofício anexo, contendo as justificativas acerca da necessidade da manutenção do bloqueio de ativos efetuado em Liechtenstein;
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 20 de maio de 2024.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA  
Promotor Eleitoral

**EDITAL N. 0005/2024/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2024.00000480-9

REQUERENTE: 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande.

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.

ASSUNTO: Apurar o cumprimento do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hanseníase (PCDT), que preconiza o diagnóstico, o tratamento e monitoramento da Hanseníase, pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 29 de maio de 2024.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.<sup>a</sup> Promotora de Justiça da Saúde Pública

---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**BELA VISTA**

---

**EDITAL N° 0047/2024/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020- 9322/9323. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2024.00005712-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001617-3.

Bela Vista/MS, 28/05/2024

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL N° 0048/2024/PJ/BVT****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900159-59.2024.8.12.0003 (n. MP 08.2024.00061236-8), em que constam como investigado Carlos Henrique Bezerra da Silva e a vítima Vera Lúcia de Lima, conforme se transcreve: “Pelo exposto, ausente a justa causa para eventual promoção de ação penal, o Ministério Público promove o arquivamento dos autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Bela Vista/MS, 29 de maio de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça em substituição legal



---

**BRASILÂNDIA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial Autos nº 0000404-82.2022.8.12.0030, em que constam como investigado(a/s) A apurar e vítima(s) Valdeci Chaves, conforme se transcreve:

Ressalta-se ainda que não é possível visualizar possível autoria para um suposto crime de homicídio, visto que a perícia local e necroscópica descartam tal possibilidade e inexistem testemunhas que visualizaram possível anormalidade a gerar a morte da vítima,

Não tendo sido evidenciado a ocorrência de crime durante a fase inquisitiva, o arquivamento do inquérito policial é medida que se impõe.

Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL manifesta pelo arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal."

Brasilândia/MS, 28 de maio de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA  
Promotor de Justiça

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0030/2024/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2024.00005889-4.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00005889-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Thais Aparecida Duarte Elias.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS, Secretaria Municipal de Educação de Deodápolis/MS.

Objeto: Apurar a regularidade do número total de professores contratados nos anos iniciais do ensino fundamental pelo Município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 03 de junho de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0032/2024/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2024.00005829-4.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00005829-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Flávio Henrique Patrício Barreto.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Objeto: Apurar eventual omissão na conservação de veículos compactadores pertencentes ao Município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 03 de junho de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

---

**DOURADOS**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 5ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 0900963-30.2024.8.12.0002, em que constam como investigado Mailen Oliveira Martins e vítima Edivaldo Amarília de Souza, conforme se transcreve: “Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, requer o arquivamento deste caderno policial, diante da ausência de justa causa, ressaltando-se, contudo, a possibilidade de surgimento de novas provas, nos termos do art. 18 do CPP”.

Dourados, 29 de maio de 2024.

JULIANO ALBUQUERQUE

Promotor de Justiça, *em subst. legal*

**EDITAL Nº 0006/2024/11PJ/DOS****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 11ª Promotoria de Justiça de Dourados da Comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial n. 229/2023 – 1ª DP-Dourados, dos Autos SAJ/TJ nº 0901008-68.2023.8.12.0002 e SAJ/MP nº 08.2023.00096852-8, em que constam como investigada a Sra. Rubenita Sales Marques e como vítimas a coletividade, a Sra. Jannie Macedo de Souza e o Sr. Brian Keith Thomson, conforme se transcreve: “Diante disso, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente Inquérito Policial, instaurado para apurar a ocorrência do crime ambiental previsto no art. 32, § 1º-A, da Lei de Crimes Ambientais n.º 9.605/98 por ausência de materialidade, carecendo de justa causa para subsidiar a propositura da ação penal.

Dourados, 29 de maio de 2024.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

---

<sup>1</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



**ELDORADO****06.2024.00000456-4****EDITAL N° 0007/2024/PJ/EDD**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Inquérito Civil: n° 06.2024.00000456-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Eldorado/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Processo Seletivo n. 006/Secretaria Municipal de Saúde/2023, Edital n. 006/Secretaria Municipal de Saúde, publicado no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul - ASSOMASUL n. 3468, no dia 20/11/2023.

Eldorado/MS, 29 de maio de 2024

FABIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça

**FÁTIMA DO SUL****AUTOS DO TJ N. 0000781-79.2023.8.12.0010**

Autos do MP n. 08.2023.00203247-0

EDITAL n. 0002/2024/02PJ/FSU

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima G.T.R.S, a decisão de arquivamento de Apuração de Ato Infracional nos autos do TJ n. 0000781-79.2023.8.12.0010 e Autos do MP n. 08.2023.00203247-0, que figura como investigado(a) T.V.V.S, conforme se transcreve: O Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO do presente feito no tocante ao ato infracional análogo ao crime de ameaça, previsto no artigo 147 do Código Penal, supostamente praticado por T.V.V.S pelas razões de fato e direito anteriormente expostas.

Caso haja discordância quanto à decisão, a parte notificada, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento ou publicação da notificação, poderá apresentar pedido de revisão da decisão, já acompanhado das respectivas razões, diretamente a ao órgão Ministerial, nos termos do artigo 28, §1º, do Código Processo Penal e do art. 6º, *caput* e seus parágrafos, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023.

Fátima do Sul/MS, 27 de maio de 2024.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal





---

**TERENOS**

---

**EDITAL N. 0008/2024/PJ/TRN - TAC**

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado em 16 de outubro de 2019, tendo como compromitente o Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Justiça da comarca de Terenos e como compromissário o Sr. Cláudio José Magiero Marangoni, firmado no bojo dos autos do Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000237-7, instaurado para Apurar possível irregularidade no armazenamento, no transporte e no uso de agrotóxicos na propriedade Fazenda Varadouro, no Município de Terenos/MS. Os autos do referido Procedimento Preparatório, assim como a íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta podem ser integralmente acessados via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Terenos-MS, 22 de maio de 2024.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES  
Promotor de Justiça